

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO NO DIA 21/03/95 ÀS 17h 30min.

CNESF - CUT (Bicalho), ANDES (Fernando), ASSIBGE (Herivelto), CONDSEF (Denilson), FASUBRA (Rogério), FENAFISP (José Raimundo), FENASPS (Carlão), SINASEFE (João Luiz) e SINDIFISCO (Edson)

MARE - Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretária Executiva Claudia Maria Costin, Sub-Secretário de Assuntos Administrativo José Walter Vasques e o Assessor da Secretária Executiva Jadir Dias Proença

CNESF - a Audiência foi aberta pela CNESF, que relatou os motivos que nos levaram a solicitar a Audiência, face a urgência de resposta concreta do Governo às reivindicações do servidores e o carácter evasivo e sem objetividade das reuniões anteriores.

Foi colocada a avaliação e deliberação da Plenária dos SPF, no sentido de estabelecer uma mesa de negociações efetiva, com a retirada de projetos, como o PL 125, que inviabiliza qualquer reajuste aos servidores e Medidas Provisórias que atacam conquistas e direitos dos servidores e que abordam questões que são objetos da nossa Pauta de Reivindicação protocolada no MARE há quatro meses e doze dias. Exigimos também, uma posição do Governo no que diz respeito a questões dos companheiros anistiados, diante das declarações do Ministro à televisão, remetendo aos Chefe e dirigentes de instituições a sua readmissão.

MARE - O Ministro Bresser afirmou que no seu entendimento, o objetivo das reuniões anteriores era apenas "conversar e nos conhecer melhor", não cabendo negociação.

Afirmou, também, que não entende a relação com as entidades dos servidores como negociação, que na sua concepção só se aplica ao setor privado. Concluía, portanto, que não via como o Presidente da Republica submetesse suas ações de Governo a esse processo de "negociações" e disse não saber com exatidão o que pretendemos.

Com relação à mudança da data de pagamento alegou ter tentado sustentar a decisão e propôs a antecipação de 40% somente no mês de abril.

Apesar de desconhecer o PL 125, após uma breve exposição do seu conteúdo pela CNESF, disse imaginar que o Presidente irá sancioná-la.

Afirmou ainda desconhecer as MP que tratam das questões da aposentadoria e da Educação de Nível Superior.

CNESF - Reafirmamos ser nosso pleito claro e objetivo expresso em nossa exposição inicial. Isto está configurado na Pauta de Reivindicações. O que nos causa estranheza é o Ministro declarar textualmente desconhecer nossa Pauta, sendo que ela foi protocolada no MARE há mais de 4 meses.

Assim fica demonstrado, nosso entendimento, o desinteresse do Ministro pela situação de mais de 600 mil trabalhadores do serviço público, que agora, descobrem que foram iludidos e enganados.

Por fim, explicitamos a contradição de se negociar uma Pauta e, ao mesmo tempo serem editadas Medidas que vão de encontro a pontos da própria Pauta e conquista dos

servidores. Isso, no mínimo, desqualifica o Governo como interlocutor confiável. Para se implementar um processo efetivo de negociação, impõe-se a suspensão e retirada dessas Medidas.

Colocadas as condições e limites para se estabelecerem as negociações, encaminhamos que aguardaríamos até o dia 23/03/95 (quinta-feira), a posição do Ministro (encaminhamento por ele aceito).

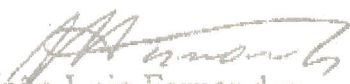
AVALIAÇÃO:

Avaliamos que, apesar da ausência de respostas concretas, existem pontos positivos, como o fato de termos estabelecido um novo patamar na relação.

Entendemos que o Governo, para essa audiência, tinha a expectativa de, mais uma vez, conduzir a discussão em "banho-maria" e se viu colocado diante de uma proposta concreta sem estar preparado para ela.

○ Ficou clara a preocupação do Governo em não caracterizar o rompimento, o que conduzirá certamente, à busca de saídas políticas para o impasse por ele criado em função do seu comportamento.

Ao movimento dos servidores cabe, tão somente, continuar e reforçar a construção da GREVE, pois para nós ficou evidente que só num contexto de embate superaremos esta postura e efetivaremos a negociação.


João Luiz Fernandes
p/CNESF